

REFLEXÕES SOBRE HISTÓRIA E MEMÓRIA – UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

VICTOR HUGO SOLIZ¹

INTRODUÇÃO

Cada vez mais a palavra ‘protagonismo’ se encontra na moda dentro não apenas da militância, mas também dentro da universidade, entretanto nos questionamos até que ponto essa onda de protagonismo dentro da universidade é real, ou até onde essa onda é mediada, servindo apenas para aumentar a autoridade a legitimidade da pesquisadora² para impor determinada memória como legítima em detrimento de outras. Para verificar essa questão analisaremos como as memórias populares são encaradas dentro da academia em relação a história escrita: afinal, o que dá o tom da produção escrita das pesquisadoras³: as demandas populares ou os interesses das elites travestidos de distintos projetos de universidade? Diante disso pensamos como o confronto entre memória institucional e memória pessoal ajuda a tornar a geografia e a história mais interessantes, trazendo essas disciplinas para a realidade da estudante, dado a possibilidade de se quebrar com os cânones, fugindo do ensino habitual que trata todas as estudantes como se tivessem as mesmas necessidades e compartilhassem da mesma realidade socioeconômica⁴.

Embora a discussão sobre a memória seja pertencente principalmente para a história, seus desdobramentos se refletem em todas as áreas de conhecimento já que define o que é legítimo e o que não. Como já falamos não vamos extrapolar nossas considerações nesse artigo para além de história e da geografia, já que são nossas especialidades por nossa formação, entretanto vale a reflexão para qualquer área. A questão sobre qual memória privilegiar incide fortemente dentro dos processos educacionais: afinal de contas como então selecionar qual o

¹ Mestrando em geografia na universidade federal de uberlândia – victor_hugo_soliz@hotmail.com, bolsista fapemig no programa de mestrado em geografia, ppgeo-ufu, com o projeto “a contribuição epistemológica do pensamento libertário em Reclus e Kropotkin na práxis do ensino de geografia” - victor_hugo_soliz@hotmail.com.

² Em vista de uma reflexão sobre o papel da linguagem na manutenção do patriarcado, resolvemos adotar o gênero feminino quando falamos para ambos os sexos, já que tanto o ‘x’ como o ‘@’ nos parecem estranhos tanto na grafia como na oralidade e ainda são capacitistas.

³ Quando dizemos pesquisadoras estamos nos referindo àquelas na área de história e geografia, pois são nossos campos de estudo, entretanto acreditamos que os resultados poderiam ser extrapolados para o resto da academia, mas nossa convicção não implica necessariamente em um regime de verdade, embora as práticas da universidade como um todo sempre foram muito excludentes.

⁴ Não é nosso objetivo aprofundar nesse tema, para que quiser se aprofundar no tema recomendamos dois artigos nossos: ‘informação, conhecimento e saber - entendendo a base do processo pedagógico para quebrar mitos’ e ‘o modelo de ensino obrigatório e a vida - quebrando mitos’.

conteúdo deve ser ensinado em sala de aula para toda uma sociedade diversa e múltipla senão baseada em uma hierarquia da memória na qual se valoriza a institucionalização do que a própria realidade local? Nesse aspecto as disciplinas de história e geografia ganham centralidade na criação de uma identidade nacional que visa abarcar todas as pessoas e as inserir em uma realidade monolítica.

MEMÓRIA, FONTES E AUTORIDADE

Para começar vamos definir o que é história para nós, sem problematizar ou aprofundar já que esse não é o foco desse artigo⁵, mas com objetivo sermos transparentes, mas para facilitar que as críticas aconteçam de modo que possamos refletir melhor sobre o tema e nossas colocações, afinal apenas a perfeição e a covardia estão a salvo de críticas, com certeza não estamos nem no primeiro grupo, muito menos no segundo. Mas antes de entrar no nosso conceito de história é necessário dizermos de onde falamos para sermos transparentes em nossa construção: nós não acreditamos que o ideal e o concreto estejam apartados, então tanto o idealismo, quanto o materialismo, não nos representam. Acreditamos que tanto o ideal como o concreto agem simultaneamente, ou seja, uma definição de história que não se inter-relaciona com a concretude social do ofício da historiadora é apenas uma forma de legitimar um determinado jogo de interesses hegemônicos. **A história é o campo institucional para disputa de memórias que servem de base para qualquer poder político.**

A partir dessa definição fica bem evidente qual nosso objetivo nesse artigo: questionar a autoridade da historiadora para definir qual memória é legítima e qual não é de modo a se constituir como obrigatoriedade dentro do ensino de história e geografia. Faremos isso através da reflexão entre a natureza das fontes orais e escritas seguindo escritos de Hobsbawn (2000) e de Le Goff (1990), apoiados principalmente nos estudos de Portelli (1996, 1997 e 2001), Thomson (1997 e 2002) e Hampaté Bâ (2010).

A primeira coisa que devemos ter em mente é que a história sempre lida com a memória, então essa necessidade de fazer o contraponto da história escrita com a história oral não se dá pela questão abstrata da memória, mas sim sobre qual memória é legítima, em outras palavras é questionar a autoridade da historiadora em definir qual, ou quais, identidades são legítimas.

⁵ Estamos fazendo isso na nossa monografia que será defendida em novembro desse ano.

Para iniciar o debate é importante definir alguns conceitos: história oral, na nossa visão, é a história que se apoia mais nas memórias das pessoas retratadas pela oralidade do que nos registros físicos.

Poderíamos fazer uma genealogia da palavra identidade⁶ para melhor a compreender, no melhor estilo da história dos conceitos de Koselleck⁷, entretanto isso não nos parece produtivo⁸, preferimos ao invés, problematizar a questão da identidade hoje de modo a podermos construir significações a partir das vivências mais gerais sobre o tema, de maneira acessível a todas as pessoas. Ressaltamos que essa abordagem tem uma consequência epistêmica que nos diferencia de algumas historiadoras: acreditamos sim que um história crítica possa ajudar a compreender o presente, entretanto temos firme convicção que ela não é indispensável para tanto, afinal, acreditar do contrário implica na inexistência da possibilidade de mudanças a não ser guiadas por doutos, o que é um absurdo e historicamente incerto já que normalmente os doutos que escravizam o resto da população para os seus próprios objetivos mesquinhos⁹.

Trabalharemos com o sentido vulgar (habitual) de identidade e a partir daí problematizaremos. Então a identidade de uma pessoa é a maneira como ela se enxerga no mundo e como reconhece seus semelhantes gerando habitualmente um sentido de pertencimento a determinadas comunidades. A partir disso, a primeira questão que levantamos é: será que podemos falar de identidade ou seria o correto identidades? Acreditamos que as identidades são múltiplas para uma mesma pessoa, já que as identidades são alicerçadas na cultura (THOMSON, 2002), e a própria cultura age de maneira múltipla e paralela (rizomática) dentro da sociedade, de modo a mesma pessoa pode pertencer a diversas identidades: negra,

⁶ Como Lutz Niethammer faz em seu artigo “conjunturas de identidade coletiva”.

⁷ O significado de história dos conceitos que está sendo utilizado retoma a discussão feita por Koselleck no texto “uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos”, onde o conceito é sempre fato e indicador ao mesmo tempo, pois o mesmo não é apenas efetivo enquanto fenômeno linguístico (fato), mas também enquanto indicativo de algo que se situa para além da língua (indicador). Como fato linguístico é possível atuar sobre a realidade de forma concreta. E como indicativo, cria novas relações só possíveis através do estabelecimento do conceito. E baseado nisto um conceito se relaciona sempre com aquilo que se quer compreender, sendo, portanto um processo de seleção articulado a um determinado contexto sobre o qual se pretende atuar que justamente varia de acordo com o tempo. Ou seja, justamente o que Niethammer faz em relação a palavra identidade.

⁸ Acreditamos que a universidade produz reflexões para a sociedade, então qual o mérito de se trazer uma reflexão para a sociedade de uma forma que a maioria não entenda? Universidade para todas tem que ser não apenas no ingresso, mas na sua manutenção, leituras e produções.

⁹ Para não nos estendermos muito, citaremos apenas a revolução russa (após o golpe de outubro) e a revolução francesa.

masculina, homossexual, corintiana, católica, paulista, brasileira. Entendemos que dentro do processo de disputas culturais, algumas identidades (como a nacional), apoiadas na institucionalidade, se pretendem únicas e buscam ativamente silenciar as outras, mas sabemos que no dia a dia outras identidades resistem e sobrevivem em nossa sociedade de modo que a identidade é múltipla, fraturada e dinâmica¹⁰.

Agora é necessário definir o que é a memória e seguiremos as mesmas premissas que tivemos em relação à identidade. Memória é usualmente utilizada como sinônimo de lembrança quando utilizada no sentido factual, mas também pode significar a propriedade que permite se guardar as lembranças quando pensamos em um sentido funcional. Isso parece bem simplista, mas quando essa definição é jogada dentro de uma perspectiva sociocultural o resultado é complexo: “a memória é, ainda hoje, a metáfora mais abrangente de estruturas perceptivas, lembranças e práticas culturais, e dá lugar à memória tradicional, bem como às práticas históricas” (NIETHAMMER, 1997, p. 131).

Com as definições básicas dadas, vamos ver primeiro o que os nossos dois autores (Hobsbawn e Le Goff), que se propunham a analisar a história em suas obras, pensam da história oral. Começamos com o mais polêmico, Hobsbawn (2000, p. 221), que afirma que a história oral não possui reflexão metodológica o suficiente e nem vai ter até um uso adequado das fontes orais conhecendo as mesmas limitações que acontecem nas fontes escritas. Mas isso não é tudo, Hobsbawn (2000, p. 247), também diz que a história oral é uma coisa de historiador sem experiência, mas muito mais importante que isso são as três ‘lições’ sobre história oral que ele compartilha conosco: 1- se não soubermos mais que o entrevistado sobre o que perguntamos, nem vale a pena a entrevista; 2- a memória não é confiável; e 3- é obrigação da historiadora fazer o entrevistado mudar de ideia.

Se temos certeza que a história oral não goza de qualquer prestígio com Hobsbawn, com Le Goff (1990, p. 128) percebemos, de maneira mais disfarçada, que a história oral não possui grande prestígio também. O uso de aspas não recorrente na obra ao ser referir a história oral é um indicativo, outro indicativo é a expressão “sucesso precoce” como se a história oral não tivesse a maturidade ainda. Pior ainda quando em um uso único em suas quinhentas páginas, Le Goff (1990, p. 131-132) se refere a uma obra de história oral como “livrinho”. Vale destacar

¹⁰ Alistair Thomson traz essa questão ao falar sobre os estudos relativos à migração dentro do seu artigo “histórias (co) movedoras, história oral e estudos de migração”.

que em todo o livro essas duas menções não muito respeitadas são as únicas à história oral, o que evidencia o desprezo de Le Goff pela história oral.

Dessas questões temos duas críticas concretas: 1- a memória não é confiável; e 2- história oral não possui reflexão metodológica o suficiente e nem vai ter até um uso adequado das fontes orais conhecendo as mesmas limitações que acontecem nas fontes escritas. A ideia de que memória não é confiável tem diversas raízes. A primeira delas é que a memória seria imperfeita, mas nos perguntamos se a escrita escapa desse problema? Nós temos uma teoria a respeito disso que iremos apresentar ao longo da discussão, por hora, vamos ao que o Portelli (1997, p. 33) diz sobre essa questão:

Um sub-produto desse preconceito é a insistência de que as fontes orais se situam distantes dos eventos e, por isso, submetem-se à distorção da memória imperfeita. Na verdade, este problema existe para muitos documentos escritos, comumente elaborados algum tempo após o evento ao qual se referem, e sempre por não participantes.

Se muitos documentos escritos também tem esse problema que dizem relativo à memória, por que nunca vimos nenhuma historiadora fazer pouco caso da história escrita? Logicamente a premissa que se encontra em torno disso é de que a memória é um simples depósito de dados e fatos, entretanto dentro da própria recepção existe interpretação, como nos expõe Portelli (ALMEIDA; KHOURY, 2001-2002, p.36). Mais interessante ainda sobre essa questão é que dentro da história escrita, um documento falso também seria algo muito 'precioso' pois daria outras informações dentro de sua falsidade, entretanto nos parece que essa premissa é totalmente esquecida quando se pensa nos registros orais. Vejamos o que Le Goff (1990, p. 110) fala sobre fontes 'falsas':

A primeira é que um documento "falso" também é um documento histórico e que pode ser um testemunho precioso da época em que foi forjado e do período durante o qual foi considerado autêntico e, como tal, utilizado.

Outro ponto que se necessita se analisar é a relação entre memória e identidade. Como Thomson (1997, p. 57) desenvolve a memória se encontra a serviço a identidade de maneira que isso se verifica da seguinte maneira:

As histórias que relembramos não são representações exatas de nosso passado, mas nos trazem aspectos desse passado e os molda para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais. Assim, podemos dizer que nossa

identidade molda nossas reminiscências; quem acreditamos que somos no momento e o que queremos ser afetam o que julgamos ter sido. Reminiscências são passados importantes que compomos para dar um sentido mais satisfatório à nossa vida, à medida que o tempo passa e, para que exista maior consonância entre identidades passadas e presentes.

Fica evidente que a composição da memória seria a maneira como os aspectos do passado são trazidos e moldados de modo a se ajustar à nossa identidade e esse fenômeno tem por consequência um processo de ajuste de memória: de acordo com nossas identidades vão se alterando, nossa memória também se altera de modo que a composição tem como papel principal fazer uma ligação entre o passado e o presente, dando um passado com o qual possamos conviver e nos protegendo de quaisquer questões traumáticas¹¹. Se lembrarmos do fato que as identidades estão relacionadas a um sentimento de pertencimento a determinado grupo social e então o reconhecimento se torna “essencial para a sobrevivência social e emocional, as reminiscências precisam ser apoiadas pelo reconhecimento público de determinado grupo e são compostas de modo a atingirem esse objetivo” (THOMSON, 1997, p. 58). Com isso, percebemos que o processo de composição de memória, apesar de subjetivo, é um processo que busca seu respaldo no público o que não torna o processo de composição totalmente aleatório. Essa característica da composição da memória tem outra consequência: uma eterna negociação entre o público e o privado, na qual quanto mais a pessoa precisar de reconhecimento, mais ela irá ceder para se sentir acolhida dentro do grupo no qual ela quer se enquadrar de modo a abandonar cada vez mais as próprias reminiscências em troca das reminiscências coletivas¹², como nos traz Thomson (1997, p.58).

A partir do que foi explanado, surge uma pergunta: será que ao escrever em um papel, todas as questões relativas a identidade, memória e subjetividade desaparecem? A nós parece que essas questões apenas se ocultam. Ou seja, a objetividade das fontes escritas nos parece muito frágil. Acreditamos que essa sacralidade das fontes escritas vem por conta de um

¹¹ Não é nosso objetivo aqui, mas caso queiram aprofundar na questão dos traumas dentro do processo de composição de memórias, recomendamos o artigo de Thomson ‘recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias’.

¹² Esse processo também poderia ser visto sobre a ótica kantiana de autonomia/heteronomia dentro de um processo que estamos acostumados a ver cotidianamente no qual determinadas pessoas ao entrar em determinado grupo social, religião ou universidade mudam totalmente, abandonando o que eram em nome de aceitação, entretanto não iremos aprofundar nesse tema, pois é necessário um aprofundamento que não é o foco desse trabalho.

preconceito social latente. Explicamos: quem tem acesso a escrita e pode deixar muitos registros escritos? As classes sociais dominantes. Mas o preconceito de classes não é o único preconceito em relação à história oral, existindo também um racismo latente, travestido de eurocentrismo¹³. Para evidenciar isso, vamos analisar da oralidade sob uma perspectiva africanista, baseado em Hampaté Bâ (2010), mestre da tradição africana.

A primeira coisa a se refletir em relação à oralidade é que quando falamos sobre tradição africana, estamos nos referindo necessariamente a uma tradição oral que envolve todos os tipos de conhecimento que sempre foram repassados através da oralidade, então consequência primeira dessa característica do conhecimento africanista é que ao se colocar a oralidade em uma posição de indigna de confiança se põe em cheque todo o tipo de conhecimento que surgiu no continente africano antes da invasão do europeu. Dialogando com esse preconceito, Hampaté Bâ (2010, p. 168), questiona se a confiança poderia ser depositada pela estética (forma) na qual a informação se encontra, sugerindo que a maneira correta de se colocar o problema é que o testemunho humano “vale o que vale o homem”:

o valor da cadeia de transmissão da qual ele faz parte, a fidedignidade das memórias individual e coletiva e o valor atribuído à verdade em uma determinada sociedade. Em suma: a ligação entre o homem e a palavra.

Não é preciso nenhum esforço para compreender o que foi dito, mesmo dentro da discussão sobre o ofício da historiadora o que Hampaté Bâ trouxe não é novidade, embora muitas vezes se prefira esquecer isso. Hampaté Bâ traz que, nas tradições africanas que o mesmo conhece, a palavra falada tinha além de um valor moral, um caráter sagrado, sendo um agente mágico por excelência a ser utilizado com prudência, ou seja, essas tradições possuem uma relação com a palavra bem diferente do que a cultura europeia (ocidental) de modo que a maioria das questões que são ditas contra a oralidade e memória, levam apenas em consideração as conveniências do colonizador. Dentro da tradição oral africana, a palavra é uma ligação com o divino, com a criação de tudo o que existiu, mas seu caráter não é apenas criativo, mas também

¹³ Um exemplo disso, trazido por Le Goff (1990, p. 100-111), é o caso da história do aparecimento do célebre rei de segú, no qual nossas considerações sobre o jogo de poder envolvendo a disputa de memória dentro da história são válidas, sendo que o mesmo nega isso para a história escrita (LE GOFF, 1990, p. 26). Mas o racismo de Le Goff (1990, p. 111) não se limita a essa diferença de tratamento com a história de outras sociedades, chegando ao ponto de negar à história dessas sociedades o estatuto de história, chamando depreciativamente de conto histórico que tem que ser desvelado pela historiadora com ajuda da sociologia para se eliminar o pressuposto de mentira e se chegar ao estatuto de verdade.

é conservativo e destrutivo, como qualquer processo de existência. Podemos perceber que a ligação com a palavra que as sociedades estudadas por Hampaté Bâ (2010, p. 174) possuem é algo bem diferente do que vivenciamos na nossa sociedade de modo que na

...maior parte das sociedades orais tradicionais considera a mentira uma verdadeira lepra moral. Na África tradicional, aquele que falta à palavra mata sua pessoa civil, religiosa e oculta. Ele se separa de si mesmo e da sociedade. Seria preferível que morresse, tanto para si próprio como para os seus.

Um mentiroso não poderia exercer qualquer atividade social dentro das sociedades africanas trazidas por Hampaté Bâ, com a exceção do *griot*, que é permitido que falte com a verdade por seu papel social de entretenimento. A confiabilidade da palavra dentro da sociedade tradicional africana foi testada na pesquisa que Hampaté Bâ (2010, p. 205-207) fez sobre a história do império peul de macina no século xviii: foram ouvidos mil narradores de diversas localidades, não apenas envolvidas no conflito, mas localidades vizinhas, durante 15 anos e se percebeu que os motivos pelos quais eles explicam os fatos mudam de localidade para localidade, mas que em relação aos fatos existiu uma total concordância de maneira que fica evidente que a tradição oral africana em si é uma garantia de autenticidade.

Logicamente que todas essas características da tradição oral africana põem em cheque a própria estrutura do saber ocidental. O europeu então, ao tratar a tradição africana como uma ameaça ao invés de uma fonte de aprendizado, precisa deslegitimar e acabar com essa tradição, em nome da ‘bela’ e ‘nobre’ civilização (seja lá o que isso queira dizer), de modo que a sobrevalorização da escrita em detrimento da oralidade cumpre o papel de deslegitimação, prática a qual boa parte das historiadoras ainda hoje seguem irrefletidamente (como já o vimos). Então para acabar com a tradição é preciso de um processo de etnificação¹⁴ muito forte, a única instituição que poderia criar uma violência cultural tão grande é a escola¹⁵, de modo que

¹⁴ Atualmente o termo aculturação (algo como perder a cultura) está em desuso nas ciências sociais, pois implica em um caráter de passividade. Atualmente se percebeu que não existe apenas um processo passivo, na verdade são dois processos que agem simultaneamente: etnificação, que é toda mudança cultural que uma sociedade faz obrigada à força por outra, e a etnogênese que é o processo no qual os próprios dominados adotam alguns elementos da cultura dominante para obter vantagens.

¹⁵ Nós estudamos esse processo no nosso artigo ‘modelo de ensino obrigatório e a vida - quebrando mitos’, entretanto se quiserem um aprofundamento do tema através da visão da antropologia recomendamos o documentário ‘escolarizando o mundo’ de direção da Carol Black, que estuda como o modelo educacional ocidental atual (que é o modelo prussiano do século xviii) tem sido utilizado para destruir culturas inteiras e criar bolsões de pobreza.

...era obrigatório para homens importantes enviarem seus filhos a “escolas de brancos”, de modo a separá-los da tradição, favoreceu igualmente esse processo. A maior preocupação do poder colonial era, compreensivelmente, remover as tradições autóctones tanto quanto possível para implantar no lugar suas próprias concepções. As escolas, seculares ou religiosas, constituíram os instrumentos essenciais desta ceifada (HAMPATÉ BÂ, 2010, p. 211).

Para finalizar com as contribuições de Hampaté Bâ queremos refletir sobre o fato da escrita nascer da oralidade uma consequência disso: o processo de escrita envolve antes um diálogo consigo mesmo de modo que mesmo a escrita é precedida pela utilização da memória tal qual em uma narrativa oral. Mesmo autores europeus já perceberam essa ligação entre a fala e a escrita, como Portelli (1997, p. 33) que afirma que a: “fala e a escrita, por muitos séculos, não existiram separadamente: se muitas fontes escritas são baseadas na oralidade, a oralidade moderna, por si, está saturada de escrita”.

Com isso acreditamos que temos elementos o suficiente para refutar a questão sobre a memória ser insuficientemente confiável para a história oral ter legitimidade, agora vamos à outra crítica: a história oral não possui reflexão metodológica o suficiente e nem vai ter até um uso adequado das fontes orais conhecendo as mesmas limitações que acontecem nas fontes escritas. Parte dessa questão já foi respondida, mas vamos refletir um pouco mais sobre as limitações para enfim poder refletir um pouco mais sobre as fontes escritas. O primeiro ponto é que se a memória é mutável de acordo com a identidade, então será que essas mudanças são aleatórias ou será que fazem parte da história? Nós acreditamos pela relação memória-identidade já abordada, aliada à questão que a identidade, apesar de ser pessoal, sempre busca respaldo no coletivo de maneira que essas mudanças na memória em torno da identidade trazem vestígios de questões sociais que podem ser estudadas dando informações sobre aquela população que seriam perdidas se olhássemos apenas os registros escritos, a respeito disso a Khoury (ALMEIDA; KHOURY, 2001-2002, p.28) afirma:

O desafio estaria no fato de encararmos a memória não só como um depositário de informações – um lugar onde se recorda a história – mas de a encararmos como um fato da história, de a encararmos como história, como “sinal de luta”, “como processo em andamento”, para usarmos suas próprias palavras. Via nessa perspectiva a possibilidade de se alargarem os horizontes da memória e da história concentradas em mãos restritas e profissionais.

Com isso podemos perceber que todas as questões que os críticos da história oral utilizavam para deslegitimá-la (subjetividade, memória e linguagem) são riquíssimas fontes de conhecimento que são perdidas a partir do momento em que o contato com esses relatos é feito através da escrita (questão que parece invisível às historiadoras), de modo que a memória e oralidade fornecem informações importantes que não poderiam ser obtidas de outra maneira. De qualquer maneira fica evidente que essas reflexões que transformaram os pontos ‘fracos’ na força da história oral e evidenciam grande maturidade ao lidar com a memória como fonte, pondo a memória como um ‘fato histórico em si mesma’.

Uma das questões mais interessantes relativas à história oral é que as fontes são pessoas, de modo que não sendo um objeto inanimado o qual a historiadora pode manipular a vontade (o mesmo não pode ser dito do relato, mas daí gera o risco, caso o entrevistado esteja vivo, de se tirar satisfação publicamente do uso que a historiadora fez de seu relato), aumenta uma responsabilidade social da historiadora. Parte dessa responsabilidade vem do fato que, de uma maneira geral, ninguém aceitaria reduzir sua vida a fatos que estejam à disposição da interpretação alheia, já que a interpretação ocorre tanto na recepção da memória como na composição na hora na narrativa. Em outras palavras: tentar excluir as subjetividades do relato é distorcer o próprio relato, mas a questão que resta é: e na escrita o mesmo não pode ser dito? Mesmo a escrita enciclopédica positivista nos dá pista da cosmovisão do autor. A questão é que a eterna busca de que a história seja ciência faz a historiadora sempre busque fatos, mas o único fato que temos é que tanto em textos escritos como orais não dispomos dos fatos e sim de textos, que podem ser considerados fatos, mas não na acepção que busca a historiadora, mas como acidente ocorrido na vida de quem deixou o registro, ou seja, em nenhum dos casos existe a objetividade tão almejada.

De qualquer maneira é evidente que tanto na história oral como na escrita o controle do discurso histórico está nas mãos da historiadora. Como nos traz Portelli (1997, p. 37), na história oral é “o historiador que seleciona as pessoas que serão entrevistadas, que contribui para a moldagem do testemunho colocando as questões e reagindo às respostas; e que dá ao testemunho sua forma e contexto finais”. Logicamente que não acreditamos nessa autoridade como a autoridade de julgar as coisas, mas sim no aspecto de fazer a historiadora se responsabilizar socialmente pelo que escreve.

Interessante notar como alguns historiadores orais (PORTELLI, 2001, p.23) ficam tão obcecados pela busca da objetividade que seguem a receita já utilizada na história escrita na qual existe uma crença (para certas linhas historiográficas) que o fato que separa a história da literatura é o fato da historiadora desaparecer como locutora ou narradora de modo que o discurso vira narrativa histórica (VOIGT, 2014, p. 316), em outras palavras podemos dizer que existe uma ideia de que se a historiadora se esconder atrás das fontes (com todas as consequências que isso traz, inclusive múltiplas omissões) faz com que a história detenha certa objetividade, como se as fontes falassem por si mesmas. Mas nos perguntamos, não seria a narrativa construída através de uma narradora onisciente buscando parecer imparcial não seria uma forma retórica de convencimento? Isso para não nos ater o fato de quando a historiadora desaparece como locutora e narradora, mais elementos para poder problematizar a escrita são ocultados, com o único objetivo de ludibriar a leitora.

Tendo em vista o que foi apresentado, será possível afirmar que existam diferenças substanciais entre as fontes escritas e as fontes orais? Acreditamos que sim, mais especificamente no ponto em que a fonte oral é por sua própria natureza dinâmica, e a oral é estática, entretanto pelo que vimos apesar das diferenças estilísticas relativas a sua própria natureza, as fontes orais e escritas possuem as mesmas bases epistemológicas de modo que resolvemos o problema dessa diferença se considerarmos que a escrita é como se fosse uma fotografia que paralisasse e desse estabilidade à determinada memória. E justamente por isso que o relato oral é mais qualitativo e representativo quando comparado com o relato escrito. O preço dessa estabilidade da escrita é a perda uma série de informações (velocidade da narrativa, pausas, expressões faciais, variações, etc.) que continuam existindo no processo de escrita, embora sejam inacessíveis, o que nos faz refletir sobre a provocação de Hobsbwan que a história oral não teria reflexões sobre as limitações da fonte oral como havia na escrita, já que na verdade nos parece bem mais o contrário. Vale destacar que independentemente das fontes trabalhadas, as narrativas não vão por completo nos trabalhos historiográficos, sendo que os recortes, interpretações e escrita do texto final ficam ao encargo da historiadora.

Muito do que analisamos e problematizamos aqui foram frutos baseados principalmente nas contribuições de Portelli que respondeu a críticos da história oral e buscou um local de legitimidade para a história oral dentro da universidade, entretanto, acreditamos que o excesso de vontade em garantir um local especial para a história oral, ou a falta de ousadia de fazer o

devido enfrentamento às fontes escritas impediu que Portelli extrapolasse boa parte dessas críticas para as fontes escritas como fizemos ao longo do trabalho.

Acreditamos que a construção social hegemônica das fontes escritas dentro do ofício da historiadora não se dá apenas como parte do racismo estrutural, ou do classicismo, mas também se dá como critério de autoridade no qual a credibilidade maior que se dá a escrita e sua teórica objetividade, em detrimento das fontes orais, teria como base a mediocridade do ofício da historiadora. Explicamos: primeiro que a fonte escrita sendo uma foto dentre múltiplas narrativas facilita muito a análise da historiadora, o próprio fato da escrita ser uma fonte estática que permite a historiadora fazer o que bem entende com ela sem reclamar evita diversos problemas. Segundo que a fonte escrita simplifica o trabalho: ao se assumir que todas as informações ocultadas garantem uma objetividade, a historiadora simplesmente se omite de refletir sobre todas essas questões. Fazemos questão de dizer que a reticência sobre algo não implica necessariamente em desconhecimento e sim em alguma mudança pessoal ou social que torna aquilo inaceitável ou fora da tradição¹⁶.

Outro ponto a destacar em relação à história escrita e ao papel de autoridade do historiador dentre desse modelo tem como fundo, não apenas uma questão racista e classicista (como já explicamos), pura e simples. Explicamos: na disputa escrita x oralidade qual classe social conseguiria deixar uma abundância de registros escritos senão aquelas mais abastadas (ricas), de modo que a preferência pelas fontes escritas implica em um silenciamento das vozes das classes menos favorecidas. Em outras palavras: tanto a autoridade da historiadora, quanto a predileção pelas fontes escritas fazem parte de um projeto de poder e que se questionadas

¹⁶ Isso fica evidente com o livro de Marc Ferro 'a revolução russa de 1917' que apesar de ser uma produção de um membro da terceira geração da escola dos annales, foca em Lênin, como se a revolução russa fosse a história de Lênin, fora que a narrativa historiográfica tem como base uma história factual dos vencedores (nas mais de 500 fontes, pudemos encontrar um menchevique, Sukhanov, um marxista libertário, Daniel Guérin e nenhuma anarquista). Mas acho que o mais importante de destacar é o silêncio sobre as anarquistas: por exemplo, apesar de tanto o manifesto anarquista quanto as teses de abril estarem no livro e serem extremamente semelhantes, sendo que a anarquista foi lançada um mês antes (o que rendeu a Lênin a acusação de ser partidário de Bakunin) não mereceu nem uma linha de escrito. Na página 68 Ferro diz que as reações no exército em julho de 1917 foram feitas por anarquistas (como grupo) e dissidentes bolcheviques (pouco dos poucos), mas pouco depois desenvolve a narrativa como se só as bolcheviques tivessem se solidarizado com as revoltosas de julho, ou seja, total silêncio sobre as anarquistas! O mais silêncio mais forte ocorre em uma seção dentro do capítulo iii que se chama 'a oposição anarco-bolchevique' que não faz uma simples menção ao anarquismo ou a anarquistas. Podemos ver rapidamente como a tradição leninista a qual Ferro se filia, o impede de falar nas anarquistas, apesar delas terem tido papel significativa, nesse caso o silêncio implica na interpretação que sempre que Ferro se vê obrigado a falar nas anarquistas é um indicativo de que a participação delas foi bem maior e mais concreta para a revolução do que se queira admitir, talvez porque Lênin entre abril e outubro (mês do golpe) tenha se aproximado da linha anarquista para se aproximar do povo, ou seja por qualquer outra besteira.

poderia haver uma chance maior para que as excluídas assumam seu lugar de direito dentro da hierarquia prévia de credibilidade modo que o direito de voz dentro da disputa de memórias não fique monopolizado pelas classes mais abastadas e suas instituições de manutenção de ‘status quo’ (como a universidade, por um singelo exemplo).

Um ponto especial é que a história institucional sendo projeto de poder, então necessariamente a memória oficial existe para subjugar a população mais pobre, deslegitimar suas memórias em detrimento do que se pensa:

Um aspecto importante da história dos movimentos populares é aquilo que as pessoas comuns se lembram dos grandes acontecimentos, em contraste com aquilo que seus superiores acham que deveriam se lembrar, ou com o que os historiadores conseguem definir como tendo acontecido; e na medida em que convertem a memória em mito, como tais mitos são formados (HOBSBAWN, 2000, p. 222).

Interessante ver como para legitimar esse projeto de poder, a historiadora evoca uma ligação com a verdade e com a objetividade digna da história positivista ainda hoje. Le Goff (1990, p. 110) acredita que toda fonte possui uma ‘função de mentira’ inerente que seria transformada em ‘confissão de verdade’ crítica baseada na autoridade do historiador. Vale salientar que o próprio termo confissão, indica um caráter de autonomia da fonte, tal qual já criticamos, visto que uma fonte material, no nosso caso a escrita é inanimada, então ela não pode falar por si, muito menos confessar como sugere Le Goff. Entretanto, nos parece que Le Goff (1990, p. 110) não se decide se a fonte possui autonomia ou é apenas um constructo inanimado: “todo o documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado”. Ou seja, nos parece que Le Goff acredita que a crítica da historiadora de maneira mecânica e infalível vai despir a fonte de toda falsidade até que só sobre a verdade. Outro ponto que merece destaque é a utilização do termo monumento ao se referir às fontes, novamente percebemos um engrandecimento da fonte, talvez esse engrandecimento seja para que a fonte possa esconder a historiadora em sua pequenez.

Todas essas questões nos lembram as críticas que White (1995) faz ao ofício da historiadora. White percebeu que existiam mensagens por detrás das narrativas históricas, de modo que as narrativas seriam apenas um meio para a outras mensagens. Em outras palavras, White percebe que as narrativas históricas seriam artifícios literários para que esses

historiadores passassem suas mensagens particulares. Nós criticamos o fato de que a preocupação com essa mensagem por detrás da narrativa histórica por parte das historiadoras, de uma maneira geral, costuma ser maior que a preocupação com a narrativa histórica (costumamos chamar isso de proselitismo barato). Mas acreditamos que a maior crítica que gerou verdadeiro ódio das historiadoras é quando o mesmo afasta a história da ciência e põe perto da literatura questionando a ligação da historiadora com a verdade, eliminando o pressuposto da autoridade da historiadora. White tem essa conclusão baseado não apenas nas limitações linguísticas que impedem as historiadoras se encontrarem com a realidade, mas também no fato de que a historiadora tem que completar a narrativa com sua imaginação para a narrativa histórica ter algum sentido, o que White chama de não desconfirmanilidade. Ambos os fatores tornariam uma reconstrução objetiva do passado impossível.

Um último ponto, mais como provocação, que gostaríamos de deixar aqui é um questionamento trazido por Hampaté Bâ: como a historiadora quer realmente compreender algo que não vivenciou? Digo isso baseado antes de mais nada pela própria categoria que nos utilizamos para fazer a análise: a prática. Será que a autoridade do seu intelecto (sic) é capaz de remontar objetivamente o que aconteceu em outra época de modo a compreender de maneira macro (ou seja independentemente das identidades envolvidas em jogo) as questões daquela sociedade? Ou seria mais provável que a abordagem do passado seria sempre em termos e preocupações dadas no presente, de modo que o que o ofício do historiador busca compreender não é o passado e sim o presente? E nesse caso como ficam os critérios de escolha de qual memória / identidade é legítima e qual não?

Para nós fica evidente que existe um projeto de criação de identidade artificialmente apoiada na institucionalidade dentro da qual as demandas, necessidades e memórias não são escolhidas de acordo com as necessidades locais (e isso é bem evidente no ensino de geografia e história principalmente) e sim baseado em projeto de poder de subordinação do povo ao um poder central que visa criar uma figura mítica, desfigurada, violada, deformada, mas tão necessária para a manutenção do 'status quo': o cidadão patriota.

CONCLUSÃO

Como podemos verificar, não existe nenhum motivo a priori que legitime a autoridade da institucionalidade em determinar quais memórias deveriam ser estudadas e quais deveriam

ser esquecidas. O único motivo pelo qual acontece isso é a necessidade de subordinar todas essas questões a um projeto de poder maior do estado nacional. Então percebemos que ao invés de sempre olharmos para a história e a geografia através da ótica da institucionalidade, deveríamos olhar de acordo com a realidade das nossas estudantes, de suas vidas, necessidades, que seriam mais legítimos que seguir com o projeto de poder das elites. Mesmo com a institucionalidade e sua força visando calar essas dissidências e construir uma história e geografia monocromáticas, deixamos uma pequena provocação aos nossos colegas historiadores e geógrafos que dizem querer construir um mundo melhor: devemos nos deixar levar por uma institucionalidade apenas porque ela nos é confortável e faz nos sentir melhor (fora Temer!) ou devemos nos questionar e problematizar todas as questões, não a partir de uma memória institucionalizada, mas a partir das dissidências de modo a ter o máximo de abrangência possível e perceber como toda a institucionalidade busca apenas a subjugação de modo que terminamos dizendo: **NENHUM DIREITO A MENOS**¹⁷!

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Chapecó: argos, 2009.

ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Maria Aun. História oral e memórias.

Entrevista com Alessandro Portelli. **História & Perspectivas**, uberlândia, n. 25 e 26, p. 27-54, jul./dez. 2001/ jan./jul. 2002.

ANONYMOUS BRASIL. **Medida provisória**. 2016. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/AnonBRNews/photos/a.286106798104849.59790.276935342355328/1082388871809967/?type=3&theater>>. Acesso em: 02 out. 2016.

BLACK, Carol. **Escolarizando o mundo**. 2010. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=6t_HN95-Urs>. Acesso em: 22 set. 2016.

BLOCH, Marc. A história, os homens e o tempo. In: _____. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. P. 51-68.

¹⁷ Isso nos lembra o atual caso da reforma de ensino médio que segundo a 'inteligência' universitária é um ataque inesperado do governo Temer, mas que está inserido dentro um processo que se inicia nos anos 90 no qual governos de esquerda e direita cooperaram para subordinar o sistema educacional nacional aos interesses do grande capital, inclusive tendo Lula e Dilma tentado implantar e em não conseguindo apoio para isso, criaram toda a estrutura necessária para que o governo Temer pudesse dar a canetada. E nos perguntamos se isso não evidencia a nossa ideia de que a universidade não é uma instituição crítica e sim de manutenção de poder. Mais informações acessar: <https://www.facebook.com/AnonBRNews/photos/a.286106798104849.59790.276935342355328/1082388871809967/?type=3&theater>

- FERRO, Marc. **A revolução russa de 1917**. São paulo: perspectiva, 1988.
- HAMPATÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph. **História geral da África, i: metodologia e pré-história da África**. Brasília: unesco, 2010. P. 167-212.
- HOBSBAWN, Eric. **Sobre a história**. São paulo, companhia das letras, 2000.
- KANT, Immanuel. **Crítica da faculdade do juízo**. Rio de janeiro: forense universitária. 1995.
- KOSELLECK, Reinhart. **Uma história dos conceitos: problemas técnicos e práticos**. Estudos históricos, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, editora da unicamp, 1990.
- NIETHAMMER, Lutz. Conjunturas de identidade coletiva. **Projeto história**, são paulo, n. 15, p. 119-144, abr. 1997.
- PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. **Tempo**, rio de janeiro, vol. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto história**, são paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.
- PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. **Projeto história**, são paulo, n. 22, p. 9-36, jun. 2001.
- SOLIZ, Victor Hugo. Informação, conhecimento e saber - entendendo a base do processo pedagógico para quebrar mitos. **Cosmos**, v. 7, p. 58-74, 2014.
- SOLIZ, Victor Hugo. O modelo de ensino obrigatório e a vida - quebrando mitos. **Cosmos (Presidente Prudente)**, v. 7, p. 48-65, 2014.
- THOMPSON, Willie. **Postmodernism and History**. New York: Palgrave Macmillan, 2004.
- THOMSON, Alistair. Histórias (co) movedoras, história oral e estudos de migração. **Revista brasileira de história**. São paulo, v. 22, nº 44, p. 341-364, 2002.
- THOMSON, Alistair, Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Projeto história**, são paulo, n.15, p.51-84, abr. 1997.
- VOIGT, André Fabiano. História e representação: a abordagem de Jacques Rancière. **Revista de teoria da história**, v. 11, p. 308-336, 2014.
- WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. São paulo: editora da universidade de são paulo, 1995.